

**ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO – ALAGOAS
EM 09 DE MAIO DE 2018.**

Em 09 (nove) de maio do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 19 (dezenove) horas e 30 (trinta) minutos na casa do legislativo José Ribeiro Toledo, reuniram-se sob a presidência de **Wellington Nemésio de Lima** os vereadores: **Ana Cláudia Costa, Antônio de Melo da Silva, Antônio Jorge de Melo Júnior, Cícero da Silva, Emerson de Lemos Ribeiro, Fabíola Melo Araújo Moura, Luis Marques da Silva, Luiz Francisco Dantas e Marcelo Lima Nascimento**. Havendo um número regimental o presidente em nome de Deus declarou aberta a presente sessão. Ato contínuo solicitou a secretária para que fosse feita a chamada nominal dos vereadores e prosseguisse com a leitura da Ata da sessão anterior, que após lida foi aprovada sem restrições. Em seguida, solicitou a leitura do **EXPEDIENTE DO DIA**. Projeto de Resolução nº 001/2018, de 08 de maio de 2018. Adota o procedimento de gravação em vídeo e transmissão ONLINE pela rede mundial de computadores das sessões da Câmara Municipal de Cajueiro e adota outras providências. **ORDEM DO DIA**. Não houve matéria. Em prosseguimento a palavra foi facultada aos senhores vereadores. **Antônio Jorge de Melo Júnior**, saudou a mesa, vereadores e ouvintes. Em ocasião justificou sua ausência em sessão passada, a qual por motivos pessoais não esteve presente. Em relação ao aumento salarial disse que o prefeito em reunião com sindicato ficou decidido que o sindicato procuraria o Ministério Público para ver a possibilidade de haver o aumento. O vereador comentou que o município no exercício de 2017, gastou perto de 80% das suas receitas em folha de pagamento, onde a lei de responsabilidade fiscal só permitiu que seja gasto até 54%. Júnior Melo, informou que esteve no Ministério Público de Contas e em conversa com o procurador geral foi informado que o município não pode conceder o aumento, mas pode da reposição inflacionária, inclusive com os anos que não foram concedidos, mas o prefeito precisa indicar quais medidas tomadas para que o município volte a esse limite prudencial, porém, o problema é que o prefeito e sua gestão não têm condições de fazer um planejamento orçamentário, pois até o momento não apresentou medida nenhuma para sair dessa situação, a qual complica todo município vivendo uma crise, tendo em vista cidade suja, sem iluminação pública, sem remédios e sem hospital. O vereador fez esclarecimentos a respeito dos vídeos circulados em redes sociais acerca do lixão. Disse que apenas veiculou vídeos recebidos, onde promessas feitas pelo prefeito não foram cumpridas. Que também em vídeo o prefeito reconhece que comete um crime ambiental admitindo que descumpriu o acordo feito na frente do ministério público. O vereador ressalta que pessoas trabalham no lixão de forma desumana, onde deveria primeiro o prefeito cuidar do licenciamento ambiental para coleta e providenciar uma sede para associação. Júnior Melo explicou que o problema do lixão é discutido desde 2002, sendo que em 2010 o governo federal implementou a lei 12.305, resultando que até 02, de agosto de 2014 os lixões fossem fechados, mas que a justiça veio prorrogando até chegar o momento do Ministério Público judicialmente mandar fechar. Informou o vereador, que fez uma representação no

Ministério Público Estadual, no IMA e Ministério do Trabalho, pois os catadores de lixo não devem ficar desassistidos. Destacou que ficou impressionado ao receber um vídeo mostrando o compactador de lixo despejando lixo ao lado do campo Moacir Andrade, sendo que os catadores que estavam no local não eram do município. Sobre os vídeos que mostram crianças maltratadas pelos pais e que em postagem o vereador destaca o excelente trabalho do conselho tutelar, porém deixou de falar de alguns membros da secretaria de assistência social que como seres humanos também fizeram seu trabalho, mas que as assistências materiais por parte do poder público foram quase nenhuma, onde providências só foram tomadas após publicação do vereador. Ato contínuo disse que solicitou a prefeitura a situação dos consignados, pois é de conhecimento de todos que desde o início da gestão os consignados vêm atrasando e que alguns servidores estão negativados. Comentou que o servidor que estiver sendo prejudicado pelo não pagamento do consignado por parte da prefeitura precisa adicionar a justiça, uma vez que os vereadores e Ministério Público só devem intervir se a prefeitura comprovadamente estiver pagando juros e o prefeito seja responsabilizado judicialmente. Prosseguiu dizendo ter feito um ofício solicitando prestação de contas. Lembrou que a gestão enviou a prestação de contas ao Ministério Público de forma tempestiva e por isso o prefeito irá pagar uma multa pessoal no valor de 2.500,000 (dois mil e quinhentos reais). Júnior Melo, relatou que teve o desprazer de ir a rua Manoel Barbosa e observar entulhos de resto de construção no local há mais de 02 (dois) meses estando a rua intransitada. E pediu que em ofício o presidente da casa solicitasse a limpeza da rua citada, pois moradores não devem pagar por erros da gestão. Em relação ao hospital disse que pela ordem de serviço já deveria ter iniciado a obra, mas teve o conhecimento que em um evento na Praça Telma Andrade o prefeito falou que se o governador não assinar a ordem de serviço do hospital até dia 22 de maio renunciaria seu mandato. O vereador questiona que se já existe uma ordem de serviço o porquê o governador assinar outra. Questiona ainda, se a ordem de serviço assinada não será mais uma fraude, pois não consegue entender que o prefeito trate um assunto tão sério com uma irresponsabilidade assustadora enquanto pessoas morrem pagando um preço alto. Reportou-se que junto ao vereador Luiz Dantas propôs a reforma do hospital, mas que o prefeito não deu respostas. Por último, falou que alguns funcionários da prefeitura estavam quebrando a Praça Jorge Araújo para ampliação do cemitério, ato que causou revolta aos moradores que resolveram parar a obra. Luiz Dantas pede uma parte e diz que o povo está começando lutar por seus direitos, e se faz necessário que o povo venha a fazer o mesmo pela saúde de Cajueiro. Em continuidade, Junior Melo disse que falta na gestão pública sensibilidade e planejamento, pois o cemitério pode ser construído em qualquer outro lugar, já a Praça Jorge Araújo não. Concluiu dizendo que não irá parar de trabalhar pelo povo, que as atitudes covardes do prefeito contra ele não irão abalar. Que jamais enquanto vereador falará da vida pessoal de ninguém. E se existir qualquer coisa dito por ele na câmara ou qualquer outro lugar que não seja no exercício e suas atribuições

de vereador será capaz de renunciar seu mandato. Nada mais desejou a todos uma boa noite. **Luiz Francisco Dantas**, com a palavra saudou a mesa, vereadores e público presente. Em ocasião solicita que o secretário de administração veja a situação do calçamento nas redondezas do posto Milton Araújo, que em situação precária está formando buracos, aonde chegará um momento que carro não poderá circular. Em relação ao hospital, falou que todas as quartas cobra nesta casa uma posição, tendo em vista o sofrimento da população e nada é feito. Voltou a lembrar que vereadores estiveram com o prefeito, onde o mesmo em promessa falou que colocaria médico de plantão para atendimento urgência e emergência no posto de saúde Jorge Ribeiro, mas até o momento não tomou providências. Em parte, Júnior Melo disse que em nota alguém da secretaria de saúde de capela diz que o município de Cajueiro deixa de da prioridade a saúde para fazer festa, e que isso é questão de prioridade. Ato contínuo Luiz Dantas volta a lembrar a falta de assistência médica à comunidade dos romeiros, pois enquanto vereador e na qualidade de filho de Cajueiro vai estar todas as quartas nesta casa gritando por saúde. Por último, falou que gostaria de saber quem são os conselheiros do FAPEN, pois precisam entrar em ação, tendo em vista atraso de salário e décimo de aposentados. **Antônio de Melo da Silva** fez uso da palavra saudando a mesa, colegas vereadores e ouvintes. Disse que se vive hoje no município um desrespeito total, pois quando um prefeito diz que o Tribunal de Contas não tem moral para julgar suas contas já disse tudo. Frisou que todos os vereadores estão nesta casa para buscar o melhor, mas o desrespeito é tão grande que a impressão é que o prefeito é o dono do legislativo e do Tribunal de Contas. Reportou-se que em outras sessões questionou que estando o hospital fechado não seria mais aberto por essa gestão, e não tem dúvida que o prefeito tem a certeza que o povo já esqueceu que em Cajueiro existe saúde. O vereador Antônio de Melo explicou que festa na cidade é algo bom, mas é preciso ver as condições do município. Que infelizmente foi eleito um prefeito que não faz administração muito menos gestão. Concluiu parabenizando os vereadores Júnior Melo e Luiz Dantas por suas colocações, mas infelizmente o poder legislativo pouco pode fazer. Nada mais havendo a tratar o presidente declarou encerrada a presente sessão convidando a todos para próxima em horário regimental. A presente Ata foi lavrada por Mônica Maria Toledo de Oliveira, que após lida e aprovada vai por ela, pelo presidente e demais membros da mesa assinada.

Cajueiro-Alagoas, 09 de maio de 2018

Redatora de atas: *Mônica Maria Toledo de Oliveira*
Presidente: *Wellington Nemésio de Lima*
Vice-presidente: *Fere Clério da Silva*
1º Secretário (a): *Ana Cláudia Costa*